

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

PROCESSO:2020/021401  
PROPRIETÁRIO:ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS  
RECORRIDO:SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT  
AUTO DE INFRAÇÃO:P000829190

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por "REC SUB TEST, EX CLÍN, PERÍC OU PROC Q PERM CERT INFL ALC/SUB PSIC FOR ART. 277", de acordo com o art. 165-A do CTB. Recurso Não Conhecido.

**Relatório**

Trata-se de Recurso interposto, em face de expedição de Auto de Infração de Trânsito de nº **P000829190**, ao rigor do **Art. 165-A do CTB**, Código: 757-9/0 por "**REC SUB TEST, EX CLÍN, PERÍC OU PROC Q PERM CERT INFL ALC/SUB PSIC FOR ART. 277**", na data de 28/02/2019, na Rod.BA 001 KM 15 BOM DESPACHO-NAZARÉ, na cidade de Vera Cruz-BA. Ocorre que a recorrente não observou o quanto determinado pelo Art. 4º e seus incisos, da Resolução 299/08 – CONTRAN. Desta forma, **apresentou fora do prazo e não comprova a legitimidade.**

É o relatório.

**Voto**

Não se encontram superadas as questões de Ordem Processual, no que concerne à tempestividade, uma vez que o Recorrente não observou o prazo para apresentação do Recurso, conforme determinado pelo Art. 4º, Inciso I e II, vejamos:

**Art. 4º A defesa ou recurso não será conhecido quando:  
I - for apresentado fora do prazo legal;**

Verifico que as razões recursais NÃO atendem aos interesses legais do recorrente, pois que, não faz juntar documento que comprove a legitimidade, contrariando o que preceitua o § 2º do Art. 2º, como também, o inciso II, do Art. 4º, ambos da Resolução nº 299 do CONTRAN:

*Art. 2º É parte legítima para apresentar defesa de autuação ou recurso em 1ª e 2ª instâncias contra a imposição de penalidade de multa a pessoa física ou jurídica proprietária do veículo, o condutor, devidamente identificado, o embarcador e o transportador, responsável pela infração.  
(...)  
§ 2º O notificado para apresentação de defesa ou recurso poderá ser representado por procurador legalmente habilitado ou por instrumento de procuração, na forma da lei, sob pena do não conhecimento da defesa ou do recurso.*

*Art. 3º (...)*

**Art. 4º A defesa ou recurso não será conhecido quando:  
(...)  
II - não for comprovada a legitimidade;  
(...)**

Assim, VOTO no sentido de **NÃO CONHECER** do recurso interposto, **pelas razões ora expostas, julgando VÁLIDO o Registro do Auto de Infração nº. P000829190**, lavrado contra **ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS**, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **P000829190**.

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **NÃO CONHECER** do Recurso apresentado, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **P000829190**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 02 de agosto de 2022.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas -Membro Titular / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaina Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI